

Companhia ESA

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em atenção às disposições estatutárias e à legislação vigente, estamos apresentando as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acompanhadas das notas explicativas.

CNPJ nº 52.117.397/0001-08

São Paulo, 28 de abril de 2023. A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Ativo	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6).....	96	75
Ativos financeiros (Nota 6).....	5.648	8.259
Tributos a recuperar (Nota 7).....	6.297	5.123
Juros sobre capital a receber (Nota 8(c)).....	11.422	6.530
Demais ativos circulantes.....	358	272
	<u>23.821</u>	<u>20.259</u>
Não circulante		
Investimentos (Nota 8).....	157.488	142.485
Imobilizados.....	88	117
Intangíveis.....	1	1
	<u>157.577</u>	<u>142.603</u>
Total do ativo	<u>181.398</u>	<u>162.862</u>

Passivo e patrimônio líquido	2022	2021
Circulante		
Imposto de renda e contribuição social a pagar (Nota 9).....	1.572	45
Demais tributos e contribuições a pagar (Nota 10).....	1.778	537
Juros sobre capital próprio a pagar (Nota 12(c)).....	4.790	5.911
Obrigações trabalhistas e sociais a pagar.....	266	163
Demais passivos circulantes.....	156	24
	<u>8.562</u>	<u>6.680</u>
Patrimônio líquido (Nota 12)		
Capital social.....	80.000	61.500
Reservas de lucros.....	72.957	60.224
Ajustes de avaliação patrimonial.....	19.879	34.458
	<u>172.836</u>	<u>156.182</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>181.398</u>	<u>162.862</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Resultado de participações societárias (Nota 8).....	29.583	26.384
Despesas gerais e administrativas (Nota 13).....	(5.973)	(4.494)
Tributos (Nota 14).....	(2.444)	(1.213)
Lucro operacional.....	21.166	20.677
Receitas financeiras (Nota 15).....	27.231	13.503
Despesas financeiras (Nota 15).....	(12.597)	(7.929)
Outras receitas operacionais.....	5	1
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	35.805	26.252
Imposto de renda e contribuição social (Nota 9).....	(1.572)	(45)
Lucro líquido do exercício.....	34.233	26.207
Quantidade de ações ordinárias emitidas (milhares).....	2.090.914	1.900.831
Lucro por ação do capital social (Nota 12 (d)).....	0,0163	0,0137

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de Lucros Legal Especial	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2021	42.800	796	51.921	39.962	135.479
Participação no resultado abrangente da ITAÚSA (Nota 8).....				(2.304)	(2.304)
Aumento de capital por capitalização de reservas:					
Reserva Legal.....	796	(796)	--	--	--
Reserva Especial.....	17.904	--	(17.904)	--	--
Transações com acionistas controladores (ITAÚSA)					
Operações com acionistas controladores (Nota 8(b)).....	--	--	--	1.194	1.194
Transações com empresas subsidiárias e controladas (Nota 8).....	--	--	--	1.923	1.923
Outras (Nota 8).....	--	--	--	(6.317)	(6.317)
Lucro líquido do exercício.....	--	--	--	26.207	26.207
Destinação do resultado exercício					
Reserva legal.....	--	1.310	--	(1.310)	--
Destinação para reserva especial (Nota 12(b)).....	--	--	24.897	(24.897)	--
Em 31 de dezembro de 2021	61.500	1.310	58.914	34.458	156.182
Distribuição de Lucros de 2016.....	--	--	(3.000)	--	(3.000)
Aumento de capital por capitalização de reservas:					
Reserva Especial de Lucros - 2016 e 2018.....	18.500	--	(18.500)	--	--
Transações com acionistas controladores (ITAÚSA)					
Transações com empresas subsidiárias e controladas (Nota 8).....	--	--	--	820	820
Outras (Nota 8).....	--	--	--	(10.000)	(10.000)
Lucro líquido do exercício.....	--	--	--	34.233	34.233
Participação no resultado abrangente da ITAÚSA (Nota 8).....	--	--	--	(5.399)	(5.399)
Destinação do resultado exercício					
Reserva legal.....	--	1.711	--	(1.711)	--
Destinação para reserva especial (Nota 12(b)).....	--	--	32.522	(32.522)	--
Em 31 de dezembro de 2022	80.000	3.021	69.936	19.879	172.836

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Companhia ESA ("COMPANHIA") é uma sociedade anônima com sede na capital do Estado de São Paulo e que tem como objeto social e atividade preponderante a participação na controlada Itaúsa S.A. ("ITAÚSA"), controlada em última instância pela família Egydio de Souza Aranha.

2. Resumo das principais políticas contábeis

Um resumo das principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras está apresentado a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da COMPANHIA no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Apresentação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria, em 28 de abril de 2023.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme os CPC's emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras (individuais) contêm informações sobre a COMPANHIA e não contêm informações financeiras consolidadas como sendo a controladora de um grupo. A COMPANHIA não está apresentando demonstrações financeiras consolidadas, incluindo a ITAÚSA (Nota 8), uma vez que essa controlada é a holding do conglomerado ITAÚSA e, por ser de capital aberto, já prepara demonstrações financeiras consolidadas. A administração da COMPANHIA concluiu que a preparação das demonstrações financeiras consolidadas incluindo a ITAÚSA, considerando a composição e a relevância de seus ativos e passivos, apenas duplicaria informações já disponíveis, uma vez que não acrescentaria relevância ou confiabilidade ao que já está disponível ao público.

Tivesse a COMPANHIA elaborado demonstrações financeiras consolidadas, a única diferença relevante em relação às demonstrações financeiras consolidadas da ITAÚSA seria a classificação da parcela não detida pela COMPANHIA no patrimônio líquido da ITAÚSA como participação dos não controladores, como abaixo demonstrado:

	Milhões de reais 2022	2021
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores.....	157	142
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores.....	76.378	69.366
	<u>76.535</u>	<u>69.508</u>

Assim, a leitura dessas demonstrações financeiras individuais deve ser feita em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da ITAÚSA, que se encontram disponíveis no site oficial da empresa.

2.2. Tratamento da participação na ITAÚSA

A participação detida na ITAÚSA é reconhecida pela aplicação do método de equivalência patrimonial, por meio do qual a COMPANHIA reconhece sua participação proporcional detida no patrimônio líquido da controlada, a fim de registrar a parte que lhe cabe no resultado, resultado abrangente ou outras transações de capital registradas pela controlada. Não existem eliminações de transações com a controlada no processo de aplicação da equivalência patrimonial.

As transações em que a COMPANHIA adquire participações (ações) de acionistas não controladores ou vende parte de participações detidas, são consideradas como sendo transações entre a COMPANHIA e seus acionistas. Dessa forma, qualquer diferença entre o montante pago e o correspondente valor da participação no patrimônio líquido da controlada é reconhecida diretamente no patrimônio líquido da COMPANHIA e não no resultado ou no resultado abrangente.

No caso de aquisição adicional de ações da controlada por valor superior ao valor patrimonial (ágio) ou no caso de aquisições de ações com ganho por compra vantajosa (deságio), os valores de ágio ou deságio são contabilizados em conta do patrimônio líquido. Efeitos semelhantes nas vendas de ações são também assim registradas, a não ser que a venda produza perda de controle da investida.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Ativos financeiros

A COMPANHIA classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, isto é, as aplicações financeiras (Nota 6). Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. A COMPANHIA não tem contratos de derivativos de qualquer natureza em aberto ou efetuou transações dessa natureza no período coberto por estas demonstrações financeiras.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto se o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, quando então são classificados como ativos não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da COMPANHIA compreendem os equivalentes de caixa, desde que não classificados como valor justo por meio do resultado e demais contas ou valores a receber. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem, como resultado financeiro.

2.5. Provisões

As provisões, que incluem os tributos apurados a pagar, são reconhecidas quando a COMPANHIA tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor poderá ser estimado com segurança.

2.6. Imposto de renda e contribuição social corrente

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela COMPANHIA nas declarações de impostos de renda com

relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

No período desta demonstração não há ajuste de crédito tributário sobre o Prejuízo Fiscal e Base Negativa registrados.

2.7. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Não há custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, a serem demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado.

2.8. Reconhecimento da receita de participação

(a) Resultado de participação societária

O resultado de participação societária decorre da aplicação do método de equivalência patrimonial.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.9. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da COMPANHIA é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base na previsão estabelecida no estatuto social de pagamento de dividendo mínimo obrigatório. Dividendos adicionais somente são reconhecidos como passivo na data em que são aprovados pelos acionistas. Os juros sobre capital próprio a pagar aos acionistas são demonstrados no passivo, no exercício em que o pagamento é aprovado pela diretoria. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), recolhido sobre os juros sobre capital próprio é reconhecido no patrimônio líquido, juntamente com os juros.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

No caso da COMPANHIA, as estimativas contábeis críticas referem-se ao cálculo e registro de tributos sobre o lucro, embora não existam ajustes relevantes ao lucro líquido para a apuração das bases fiscais desses tributos. Nesse sentido, são apurados o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, além do Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), com base na legislação vigente.

A apuração final desses tributos, para recolhimento, ocorrerá por ocasião da declaração do imposto de renda, e possíveis eventuais ajustes em relação aos valores apurados e registrados nestas demonstrações financeiras.

O julgamento contábil crítico refere-se à determinação do controle detido na ITAÚSA (Nota 8).

4. Gestão de risco financeiro

A atividade da COMPANHIA restringe-se à administração da posição acionária detida na ITAÚSA. Dessa forma, a origem e a aplicação de recursos resumem-se fundamentalmente no recebimento e no pagamento de dividendos e de juros sobre o capital, sem o objetivo de reter valores relevantes de recursos com algum outro objetivo.

O passivo circulante refere-se substancialmente a juros sobre capital próprio a pagar a acionistas. Nesse sentido, na medida em que suficientes recursos são recebidos da ITAÚSA, os acionistas da COMPANHIA são pagos e/ou remunerados. Uma pequena parcela dos recursos é retida para o pagamento de despesas correntes, incluindo tributos além de outras despesas relacionadas ao objeto social da COMPANHIA.

Essa parcela retida é mantida em instrumentos de caixa e equivalentes de caixa, que incluem o caixa, banco conta-movimento e aplicações financeiras de alta liquidez, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que, portanto, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a COMPANHIA pode rever a política de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações de capital.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos recebíveis. São classificados como ativos circulantes se foram adquiridos, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

	Ativos financeiros designados ao valor justo		Total	
	2022	2021	2022	2021
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa.....	96	75	96	75
Ativos financeiros.....	--	--	5.648	8.259

6. Caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros

O caixa e equivalentes de caixa estão representados por numerário em caixa e depósitos em conta-movimento.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os ativos financeiros referem-se às aplicações financeiras e estão apresentados por cotas de fundo de investimento Itaú Empresa Trust RF Referenciado DI FICFI junto ao Itaú Unibanco S.A. que contam com liquidez imediata e com propósito de serem ativa e frequentemente negociadas.

	2022	2021
Caixa e bancos.....	96	75
Aplicações em fundo de investimento.....	5.648	8.259
	<u>5.744</u>	<u>8.334</u>

7. Tributos a recuperar

	2022	2021
IRRF referente a juros sobre capital próprio.....	3.840	1.909
Impostos antecipados		
CSLL a recuperar.....	417	583
IRPJ a recuperar.....	1.795	2.539
IRRF sobre aplicações financeiras.....	245	92
	<u>6.297</u>	<u>5.123</u>

8. Investimentos

O saldo dessa conta é composto exclusivamente pela participação da COMPANHIA na controlada ITAÚSA, cujas informações estão detalhadas a seguir.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício.....	34.233	26.207
Participação no resultado abrangente da controlada (Nota 8).....	(5.399)	(2.304)
Resultado abrangente do período.....	28.834	23.903

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social.....	35.805	26.252
Ajustes		
Depreciação e amortização.....	29	28
Resultado de participações societárias (Nota 8).....	(29.583)	(26.384)
Ativos financeiros		
Receitas.....	(27.231)	(13.503)
Despesas.....	12.597	7.929
	<u>(8.383)</u>	<u>(5.678)</u>
Variações nos ativos e passivos		
Tributos a recuperar.....	(1.174)	1.999
Demais ativos circulantes.....	(86)	(16)
Demais tributos e contribuições a pagar.....	1.196	(1.722)
Obrigações trabalhistas e sociais a pagar.....	103	(52)
Demais passivos circulantes.....	132	7
	<u>171</u>	<u>216</u>
Caixa aplicado nas atividades operacionais.....	(8.212)	(5.462)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos.....	20.705	12.528
Aquisição e baixas de imobilizados.....	--	(38)
Varição dos ativos financeiros.....	4.245	4.972
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos.....	24.950	17.462
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos aos acionistas.....	(3.000)	--
Juros sobre capital próprio pagos aos acionistas.....	(13.717)	(12.026)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento.....	(16.717)	(12.026)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa.....	21	(26)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício.....	75	101
No final do exercício.....	96	75
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa.....	21	(26)

	2022	2021
(a) Movimentação dos investimentos no exercício		
Em 1º de janeiro de 2021.....	123.890	123.890
Resultado de participações societárias.....	26.384	26.384
Transações com acionistas controladores (ITAÚSA)		
Transações com empresas subsidiárias e controladas.....	1.923	1.923
Outros.....	(5.124)	(5.124)
Participação no resultado abrangente da ITAÚSA.....	(2.304)	(2.304)
Dividendos.....	(2.284)	(2.284)
Em 31 de dezembro de 2021.....	142.485	142.4

Companhia ESA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) (Continuação)

9. Imposto de Renda e Contribuição Social
O Imposto de Renda (IR) foi calculado à alíquota básica de 15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10%, consoante à legislação específica e a Contribuição Social (CS) foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A conciliação entre a alíquota nominal e a efetiva pode ser demonstrada da seguinte maneira:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	35.805	26.252
Alíquota Nominal 34% (25% de IRPJ e 9% de CSLL)	34%	34%
Encargos (IRPJ e CSLL) às Aliquotas Vigentes.....	(12.174)	(8.926)
(Adições) / Exclusões.....	10.602	8.881
Equivalência Patrimonial.....	10.058	8.971
Ajuste de crédito tributário sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa.....	684	27
Despesas Indedutíveis	(164)	(136)
Adicional do IRPJ.....	24	19
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	1.572	45

10. Demais tributos e contribuições a pagar

	2022	2021
Programa de Integração Social (PIS).....	152	16
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).....	703	72
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).....	495	248
Contribuições Sociais Retida na Fonte (CSRF).....	14	11
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	3	3
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).....	318	147
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).....	93	40
	1.778	537

11. Contingências
De acordo com a legislação vigente, os livros fiscais da COMPANHIA estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais, retroativamente, pelo período de até dez anos, com referência aos tributos federais e estaduais. Considerando as normas contábeis a respeito, notadamente a norma "provisões, passivos, contingências passivas e contingências ativas", a COMPANHIA não tem contingências passivas ou valores cuja contabilização ou divulgação seja requerida.

12. Patrimônio líquido
(a) Capital social
Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da COMPANHIA, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 80.000 (2021 - R\$ 61.500), representado por 2.090.913.596 ações ordinárias (2021 - 1.900.830.553), todas nominativas, sem valor nominal.
Em Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2022, os acionistas deliberaram: (i) aumentar o capital social subscrito em R\$ 18.500, mediante a capitalização de reservas; e (ii) simultânea bonificação de ações mediante emissão de 190.083.043 novas ações ordinárias, sem valor nominal, atribuídas aos acionistas.

(b) Reservas legal e especial
A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.
Conforme o artigo 16 do Estatuto Social da COMPANHIA, a Reserva Especial é constituída objetivando a formação de recursos com as seguintes finalidades: (i) exercício do direito preferencial de subscrição em aumento de capital da ITAUSA; (ii) aumento de capital social da COMPANHIA; (iii) pagamento de dividendos intermediários, distribuíveis por deliberação da Diretoria, *ad referendum* da Assembleia Geral.

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Companhia ESA
Revisamos as demonstrações financeiras da Companhia ESA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para possibilitar a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou por erro.

Essa reserva será formada: (i) por valores provenientes do saldo do lucro líquido; (ii) pela parcela revertida da reserva de lucros a realizar para lucros acumulados, sem prejuízo do cômputo dessa parcela no cálculo do dividendo mínimo obrigatório, no exercício em que for feita a reversão; (iii) pela reversão, nos casos aplicáveis, do valor de dividendos intermediários. Por proposta da Diretoria serão periodicamente capitalizadas parcelas desta reserva para que o respectivo saldo não exceda o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social. O saldo dessa reserva, somado ao da reserva legal não poderá ultrapassar o capital social.
A reserva discriminará em subcontas distintas, segundo os exercícios de formação, os lucros destinados à sua constituição, competindo à Diretoria especificar os lucros utilizados na distribuição de dividendos intermediários, que poderão ser debitados em diferentes subcontas em função da natureza dos acionistas.

(c) Dividendos e juros sobre capital próprio
Conforme o artigo 15 do Estatuto Social da COMPANHIA, os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 2% (dois por cento) do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado nos termos da Lei da Sociedade por Ações.
Em reuniões da diretoria, realizadas durante os exercícios de 2022 e 2021, foram aprovadas distribuições de juros sobre capital próprio e dividendos aos acionistas nas datas indicadas na tabela a seguir, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

	2022	2021
Juros sobre Capital Próprio (JCP).....	12.594	7.926
Imposto de renda (15%)	(1.889)	(1.189)
JCP Líquido	10.705	6.737
JCP aprovado em 29 de janeiro 2021 (R\$ 0,0003 centavos por ação).....	--	577
JCP aprovado em 31 de março 2021 (R\$ 0,0006 centavos por ação).....	--	1.198
JCP aprovado em 31 de agosto 2021 (R\$ 0,0006 centavos por ação).....	--	1.100
JCP aprovado em 30 de novembro 2021 (R\$ 0,0023 centavos por ação).....	--	4.305
JCP aprovado em 29 de dezembro 2021 (R\$ 0,0004 centavos por ação).....	--	746
JCP aprovado em 31 de janeiro 2022 (R\$ 0,0004 centavos por ação).....	909	--
JCP aprovado em 31 de março 2022 (R\$ 0,0009 centavos por ação).....	1.854	--
JCP aprovado em 31 de agosto 2022 (R\$ 0,0028 centavos por ação).....	5.314	--
JCP aprovado em 30 de novembro 2022 (R\$ 0,0018 centavos por ação).....	3.371	--
JCP aprovado em 30 de dezembro 2022 (R\$ 0,0005 centavos por ação).....	1.146	--
Valor reconhecido no exercício.....	12.594	7.926

Dividendos
Dividendos aprovados em 28 de abril 2022
(R\$ 0,0016 centavos por ação)

	3.000	--
Valor reconhecido no exercício.....	3.000	--

(d) Lucro por ação
O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da COMPANHIA, pela quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	2022	2021
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade.....	34.233	26.207
Quantidade de ações ordinárias emitidas (milhares).....	2.090.914	1.900.831
Lucro por ação.....	0,0163	0,0137

13. Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Salários e benefícios a empregados.....	4.636	3.280
Serviços de terceiros.....	311	430

	2022	2021
Anúncios e publicações.....	25	42
Seguros.....	323	199
Emolumentos.....	2	1
Outras.....	164	115
Indedutíveis.....	483	399
Depreciação e amortização.....	29	28
	5.973	4.494

14. Tributos

	2022	2021
COFINS	2.011	998
PIS	433	215
	2.444	1.213

15. Receitas e despesas financeiras

	2022	2021
Despesas financeiras		
Despesas bancárias.....	(4)	(4)
Juros s/ Capital Próprio	(12.593)	(7.925)
Total das despesas financeiras.....	(12.597)	(7.929)
Receita financeira		
Receita financeira.....	1.219	562
Variação monetária	415	219
Juros s/ Capital Próprio	25.597	12.722
Total das receitas financeiras.....	27.231	13.503
Resultado financeiro, líquido	14.634	5.574

16. Transações com partes relacionadas
As transações com partes relacionadas se resumem basicamente aos dividendos e juros sobre capital próprio a receber da ITAUSA e a pagar a seus acionistas.
O pessoal-chave da administração da COMPANHIA são seus diretores, que também são acionistas. Enquanto diretores, os mesmos não são remunerados.
As demais transações com partes relacionadas referem-se a:

	2022	2021
Aplicações de liquidez imediata no fundo Dynamic (Itaú Unibanco S.A.).....	95	73
Aplicações no fundo Trust RF (Itaú Unibanco S.A.)	5.648	8.259
	5.743	8.332
	2022	2021
Receita de aplicação financeira (Itaú Unibanco S.A.)	1.219	562

17. Eventos Subsequentes
17.1. Decisão STF - Limitação da coisa julgada tributária
Em 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), por meio do julgamento dos Temas 881 e 885, que trataram da limitação da coisa julgada, deliberou que as decisões por ele proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral, interrompem automaticamente os efeitos temporais das sentenças transitadas em julgado envolvendo relação jurídica tributária de trato continuado.
Considerando o teor do entendimento do STF publicado até o momento, a Companhia e suas controladas analisaram suas decisões individuais transitadas em julgado e não identificaram nenhum caso que tenha sofrido modificação no posicionamento desta corte em controle de constitucionalidade.

Abel Pinto Martins - TC - CRC 1SP076.138/O-0

que os procedimentos executados em uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Conclusão
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia ESA em 31 de dezembro de 2022, e o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
São Paulo, 28 de abril de 2023.

	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5	Emerson Laerte da Silva Contador CRC 1SP171089/O-3
---	--	---



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>